



ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA/MS

Autor - Elias Azevedo da Silva

Coautor - Jodenir Calixto Teixeira

Coautor – Francielle Louise Bueno Melo de Carvalho Malinowski

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o tema Agricultura Familiar vem promovendo calorosos debates com destaque para sua importância na geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local.

Porém, antes de entrar nesta discussão, torna-se necessário caracterizar a Agricultura Familiar de acordo com alguns autores e instituições.

Segundo a Lei Nº 11.326/2006 em seu artigo 3º, define agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que realiza suas atividades rurais em áreas que não ultrapasse a 4 módulos fiscais (unidade de medida estipulado pelo Incra), utiliza predominantemente mão de obra da própria família, que tenha percentual mínimo de renda familiar oriunda de atividades do seu próprio estabelecimento ou empreendimento e que seja seu próprio gestor, juntamente com toda a sua família (Brasil, 2006).

Vale destacar que esta lei foi criada para garantir que o agricultor familiar tenha acesso as políticas públicas de desenvolvimento rural, já que historicamente no Brasil a Agricultura Familiar sempre esteve as margens das ações do Estado brasileiro, um grupo de certa forma desassistido pelo governo, onde suas conquistas muitas vezes foram a através de muita luta.

Para Motta (2010), na agricultura familiar, além da família organizar os meios de produção, eles cumprem papel vital na preservação de culturas locais, no fortalecimento das comunidades, na promoção da justiça social e no enfrentamento da insegurança alimentar.

Silva (2001), enfatiza a agricultura familiar na sua diversificação da produção, o uso da força de trabalho familiar, a produção voltada ao mercado local e regional, além de ser essencial para a segurança alimentar e ao desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com Wanderley (2001), a Agricultura Familiar é uma forma de organização social onde a gestão, o trabalho e os recursos são predominantemente realizados pelos membros



da própria família, em pequenas extensões de terra, cujas atividades são de grande importância social e econômica, especialmente na geração de emprego e renda no campo.

Para Guanziroli et al. (2012), agricultura familiar é caracterizada pelos estabelecimentos que atendem os seguintes seguimentos: a) o produtor é quem exerce os trabalhos na propriedade; b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

De acordo com Feito (2016), agricultura familiar é um tipo de produção no qual a unidade de produção e a unidade doméstica estão materialmente interligadas, havendo na agricultura a principal fonte de renda e onde predomina a força de trabalho da família. A autora enfatiza também que a agricultura familiar não é apenas uma forma de produção, mas um componente crucial para o desenvolvimento social e econômico, além de um pilar da cultura rural.

Para Lamarche (1993), agricultura familiar representa uma unidade de produção agrícola onde existe forte ligação entre a propriedade, trabalho e família. É que a correlação desses três fatores no funcionamento da exploração estabelece noções mais abstratas e complexas, particularmente a transferência do patrimônio e a produção da exploração.

De acordo com o último censo agropecuário no Brasil em 2017, a agricultura familiar corresponde a 76,6% dos estabelecimentos agropecuários e ocupa 80,9 milhões de hectares de área, representando 23% do total de estabelecimentos rurais do país, contribuindo com 23% de toda a produção agropecuária no Brasil (IBGE, 2017).

No contexto da América Latina e Caribe, segundo o estatuto CEPAL/FAO/IICA (2024), de cada 10 propriedades 8 são da agricultura familiar, respondendo por cerca de 17 milhões de unidades, sendo 56% delas (9,6 milhões) na América do Sul; 35% na América Central e no México (5,8 milhões) e 9% (1,5 milhões) no Caribe, empregando aproximadamente 60 milhões de pessoas (ONU, 2024)

Segundo os estudos, os estabelecimentos da agricultura familiar representam aproximadamente 75% das unidades produtivas totais na maioria dos países, sendo que em alguns deles esse número chega a 90%. Ainda segundo os estudos, apenas 23% das terras agrícolas da América Latina e Caribe estão nas mãos de agricultores familiares (ONU, 2024).

No Paraguai, por exemplo, a agricultura familiar responde por 90% dos estabelecimentos rurais, empregando 28% da população economicamente ativa e responsável por 32% do valor bruto da produção agrícola (Zarza, 2017).

No Chile, de acordo com Isami (2017), a agricultura familiar responde por 95% dos estabelecimentos rurais, somando 22% do valor bruto da produção agropecuária e silvicultura.



No Peru, 97% das unidades agrícolas pertencem a agricultura familiar, gerando 83% do emprego agrícola. Com esses números, a agricultura familiar no Peru é fundamental para impulsionar o desenvolvimento e a inclusão social no país (Zegarra, 2018).

Outro país em destaque é a Colômbia. Segundo Ordenes et al (2017), 78% dos estabelecimentos agrícolas do país são da agricultura familiar, sendo responsável por 80% da população do café e 30% dos cultivos anuais (arroz, tabaco, milho, oleaginosas, entre outros).

Na Nicarágua, a agricultura familiar representa 84,3% das propriedades rurais, empregando em média 2,3 trabalhadores temporários (Perez, 2017).

No Equador, embora as atividades agrícolas estejam diminuindo, a população rural do país compreende 32,5% do total, chegando a 5.151.139 habitantes, dos quais 3.034.440 são agricultores familiares. Segundo estimativa, a agricultura familiar representa 75% do número total de unidades de produção e ocupam 17% das terras agrícolas. A agricultura familiar corresponde por 60% da produção de alimentos consumidos no país, sendo responsável por 7,6% da produção de milho, 64% de batata, 49% de arroz, 42% de leite (Naranjo, 2017).

A Argentina possui 334.000 propriedades rurais, das quais 251.000 são propriedades familiares. A agricultura familiar argentina é responsável por cerca da metade dos alimentos consumidos no país, ou seja, sua produção é crucial para a segurança alimentar nacional. Ocupam apenas 18% das terras cultiváveis e é responsável por 27% da produção agrícola do país (WORLD BANK. 2023.).

Diante deste cenário percebemos a importância da agricultura familiar no Brasil, na América Latina e Caribe. Não somente no contexto produtivo, mas também no contexto social, econômico, territorial e ambiental, considerando a multidimensionalidade do setor e o seu potencial como peça fundamental nos compromissos de transformação (FAO y PNUD, 2025).

Esses países caracterizam a agricultura familiar como sendo a propriedade gerida pelos membros da família, cuja mão de obra seja, na sua maior parte, familiar.

No entanto, segundo Perafán et al (2020), das diversas características da agricultura familiar na América Latina e Caribe a mais marcante é o convívio/conflito com as médias e grandes propriedades, normalmente geridas pelo agronegócio, que tem a distribuição desigual da terra como uma das expressões dessa relação histórica.

No Brasil, apesar da agricultura familiar possuir grande importância, historicamente sempre esteve às margens das ações do Estado, um grupo desassistido pelo governo, fora da agenda e da formulação de políticas públicas nacionais.



Contudo, a partir da promulgação da Constituição de 1988, iniciou-se novos espaços de participação social e acentuadas mobilizações de movimentos sociais, inclusive rural, sociedade civil e estudiosos da área. Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programa federal de políticas públicas de crédito, que atende as particularidades econômicas e sociais da classe (Perin et al. 2021).

Para Perin et al (2021), o Pronaf constitui um marco no desencadeamento de transformações institucionais, que favoreceram a inclusão da agricultura familiar na agenda nacional de políticas públicas. Tal processo viabilizou a criação de programas de governo, capazes de ampliar e fortalecer os instrumentos de apoio voltados a esse segmento produtivo. Esses avanços permaneceram relativamente crescente até 2015, ano em que, segundos a autora, começaram as mudanças na agenda de atuação do governo federal.

Na mesma esteira, cresce no Brasil, os movimentos por políticas públicas direcionadas a soberania e segurança alimentar, resultando na criação do Programa Fome Zero, tornando na sequência a principal política pública na área social do governo desse período (Silva, 2016).

Para Graziano et al (2010), foi nesse período que, no Brasil, o governo federal passou a investir de maneira incisiva e articulada na criação, implementação, ampliação e acompanhamento de políticas e programas governamentais, direto ao combate à fome, miséria e desigualdade social. Entre as ações do Programa Fome Zero foi criado, em 2003, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que destacaremos ao longo desse trabalho.

Contudo, a agricultura familiar se apresenta como alternativa que contribui para um crescimento mais inclusivo e com maior harmonia com o meio ambiente. No debate sobre o desenvolvimento local, as cidades ou região que se destacam por sua produção e geração de renda e emprego, especialmente aquelas com forte presença da agricultura familiar, possuem grande relevância econômica e social, além de impulsionar a criação de políticas públicas, (Oliveira et al, 2002).

Esse trabalho pretende analisar as atividades produtivas e suas potencialidades para o desenvolvimento local dos agricultores familiares em dois assentamentos localizados no município de Brasilândia/MS, vinculados as políticas públicas como PAA e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) na esfera federal e estadual e o programa PROTEGE Brasilândia/MS (será destacado ao longo desse trabalho) na esfera municipal.

Caracterização da Agricultura Familiar no Mato Grosso do Sul



O Mato Grosso do Sul, estado localizado na região Centro-Oeste do Brasil, tem na sua história de formação territorial, a lógica capitalista da terra, contando com políticas de incentivos fiscais do governo federal, que facilitou a grande concentração fundiária (Mariano e Teixeira, 2022).

É apontado como grande produtor de cana-de-açúcar, milho, soja, celulose e carne bovina. Neste contexto de agrocultivo de commodities são geradas grandes transformações ambientais negativas, além de prejuízos aos povos indígenas e a agricultura familiar.

É um dos estados com maior concentração de terras do Brasil. Os imóveis acima de 1.000ha (9.248 propriedades) concentram 30.395.140ha, ou 69,9% das áreas ocupadas por todos os imóveis rurais do estado (IBGE, 2017).

Os dados do IBGE demonstram que o Mato Grosso do Sul possui 71.164 estabelecimentos rurais economicamente ativos, sendo que 43.223 são agricultores familiares, o que representa 61%, ocupando apenas 4% da área produtiva (IBGE, 2017).

As associações e cooperativas tem sido um importante mecanismo para fortalecer o setor, facilitando o ingresso a mercados institucionais como PNAE e PAA.

Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no Mato Grosso do Sul, em 2024, 1.394 agricultores familiares foram fornecedores do PAA, totalizando R\$ 16.211.043,88 em recursos financeiros pagos a esses agricultores (VIS DATA, 2025).

Com relação ao município de Brasilândia-MS, segundo a SISAN, o número de agricultores familiares fornecedores do Programa PAA, em 2024, foi de 21, com um total de recursos financeiros pagos de R\$ 221.008,01 (VIS DATA, 2025).

Com relação aos assentamentos, no Mato Grosso do Sul existem 204 assentamentos com aproximadamente 29 mil famílias assentadas, ocupando uma área de 712,400ha (IBGE, 2017). Contextualizado, os municípios de Mundo Novo, Sete Quedas e Novo Horizonte do Sul surgiram a partir de assentamentos de reforma agrária.

Assim, as atividades dos agricultores familiares nesses projetos de assentamentos do estado são importantes na produção de alimentos, além de trazer renda para os próprios agricultores.

Apesar do seu potencial, a agricultura familiar no Mato Grosso do Sul enfrenta desafios significativos. O envelhecimento da população rural é um dos principais problemas. 67% dos estabelecimentos são geridos por pessoas entre 45 e 75 anos e 8% por indivíduos acima de 75 anos, enquanto apenas 7% dos responsáveis têm entre 25 e 35 anos. Esse cenário reflete o êxodo juvenil agravado pela falta de incentivo para manter os jovens no campo (IBGE, 2017).



Outro fator preocupante é o baixo nível educacional dos agricultores. 61% dos produtores familiares tem apenas o ensino fundamental, 20% possuem o ensino médio (IBGE, 2017). Este baixo nível educacional limita o acesso à tecnologia e práticas inovadoras, fundamentais para a modernização do setor.

Com relação a assistência técnica, os dados mostram insuficiência. Apenas 31% dos agricultores familiares do Mato Grosso do Sul recebem suporte técnico (IBGE, 2017), impactando diretamente na produtividade e a capacidade de expansão das atividades agrícolas.

Portanto, diante deste cenário, mesmo estando em um dos estados de maior concentração de terras do país e diante de inúmeros desafios para o setor, o objetivo deste estudo é descrever e analisar a importância das articulações de políticas públicas, associações e o envolvimento de entidades públicas no contexto da agricultura familiar no município de Brasilândia/MS, em especial, em dois reassentamento na comercialização de seus produtos por meio de programas como PAA, PNAE e Protege Brasilândia, com base em um estudo de caso envolvendo pesquisas acadêmicas e institucionais.

Articulações entre políticas públicas, associações e agricultura familiar

A conexão entre políticas públicas ocorre por meio do desenvolvimento de ações coordenadas que visam a proteção social, desenvolvimento socioeconômico, inclusão e ao combate das desigualdades sociais. Isso implica na realização de ações integradas e na superação da fragmentação da atenção as necessidades da população. Além disso, envolve reunir diferentes agentes da sociedade em torno de metas compartilhadas e tem como princípio norteador a construção de redes municipais (Yazbek, 2014).

Entre as políticas públicas criadas com o objetivo de inclusão produtiva da agricultura familiar pelo governo federal há o PAA, criado em 2003 com o propósito de promover a segurança alimentar nutricional e fomentar a agricultura familiar. O programa compra alimentos diretamente de agricultores familiares, destinando as pessoas em situação de vulnerabilidade social ou instituições públicas, como escolas, hospitais e creches (EMBRAPA, 2025).

Ao longo de sua trajetória, chegou a ser substituído pelo “Programa Alimenta Brasil”, em 2021. pelo então presidente Bolsonaro. Neste período o programa sofreu grande esvaziamento comparado a anos anteriores. No entanto, foi retomado com a mesma nomenclatura (PAA) no governo Lula, com maiores investimentos.



Outro programa de relevância significativa é o PNAE, criado em 1955. É considerado um dos maiores e mais antigo programa de alimentação escolar do Mundo. Tem como princípios, o incentivo a alimentação saudável e a valorização da cultura alimentar regional. Pelo menos 30% dos recursos separados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), devem ser utilizados na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, fortalecendo a economia local, hábitos alimentares regionais e promovendo práticas saudáveis (EMBRAPA, 2025).

Esses programas permitem uma demanda para os agricultores familiar, no entanto essas ações envolvem uma heterogeneidade de atores sociais, que vão desde produtores com suas diversidades no uso de tecnologias, distâncias e conexão com mercados, políticas públicas locais e interesses em comum.

Sobre o aspecto local, as associações são formadas por pessoas jurídicas de direito privado registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, e criadas de forma voluntárias por um grupo de pessoas que se unem com objetivo que não envolvem lucros (BRASIL, 1999).

Segundo Martins (2019), essas associações se destacam pela sua função social, contribuindo na consolidação de políticas públicas.

No cenário das disputas no espaço rural, Sampaio (2019) destaca que as associações comunitárias desempenham papel relevante na articulação dos agricultores familiar, incentivando a organização coletiva e contribuindo para o fortalecimento das comunidades rurais.

Por meio dessas entidades, os agricultores podem lutar por seus direitos, além de planejar de forma conjunta a produção e a comercialização, o que diminui a dependência de intermediários, aumentando a renda familiar. Essas associações favorecem a construção de redes de apoio, promovendo maior independência para os agricultores familiares.

O PNAE e PAA – Desafios e Potencialidades em Mato Grosso do Sul

Segundo a SISAN, no Mato Grosso do Sul, em 2024, foi um total de 1.394 agricultores familiares fornecedores do PAA, totalizando R\$ 16.211.280,74 em recursos financeiros pagos a esses agricultores familiares (VIS DATA, 2025).

Com relação ao município de Brasilândia/MS o número de agricultores familiares fornecedores do programa em 2024 foi de 21 com um total R\$221.008,01 de recursos financeiros pagos (VIS DATA, 2025).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

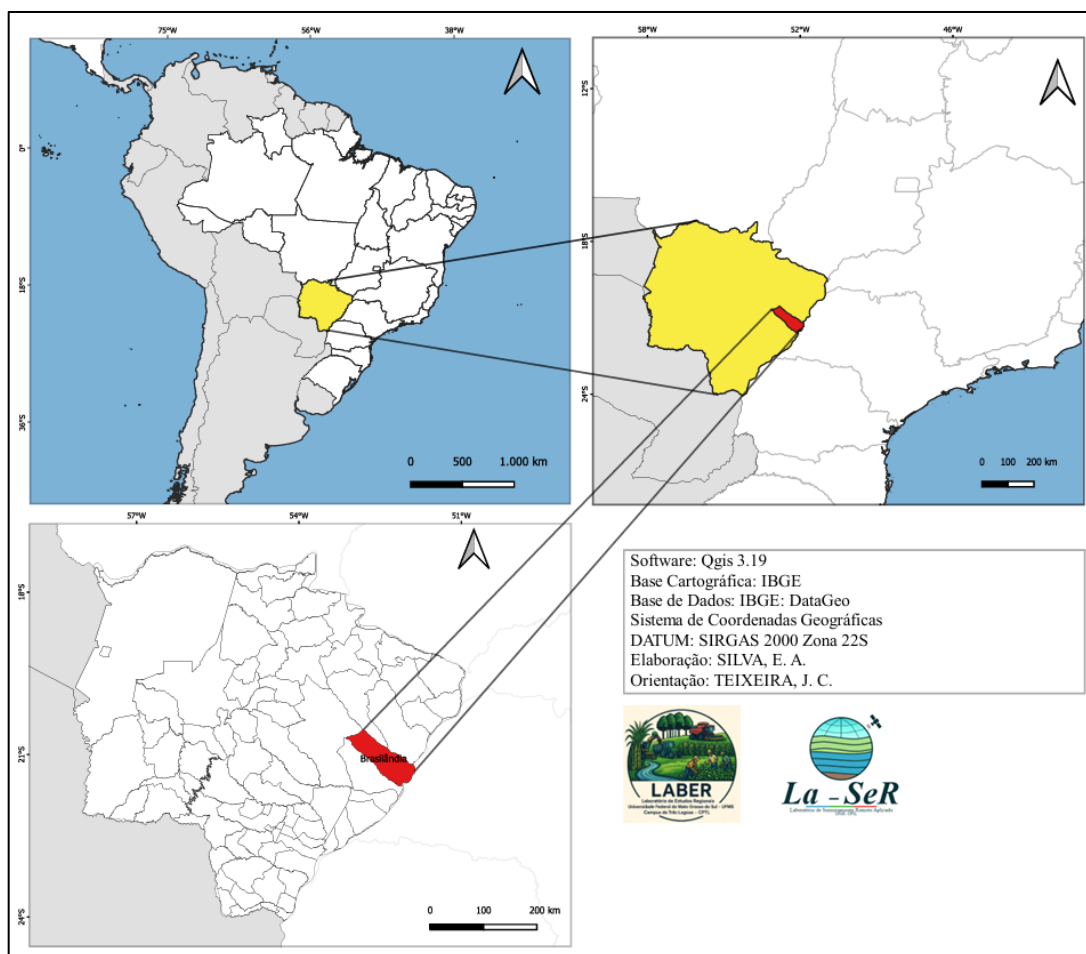
08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

De acordo com o FNDE, em 2022, no Mato Grosso do Sul, foram repassados R\$ 26.884.909,90 na compra de produtos oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar. No Município de Brasilândia/MS, no mesmo ano, foram gastos R\$ 199.123,10 na aquisição de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar no município (BRASIL, 2022).

Área de estudo

O município de Brasilândia está situado na região leste do estado de Mato Grosso do Sul, na microrregião de Três Lagoas, limitando-se a leste com o Rio Paraná; ao noroeste com Ribas do Rio Pardo; ao norte com Três Lagoas e Água Clara e ao sul e sudoeste com Santa Rita do Pardo. A sede do município encontra-se nas coordenadas geográficas 21°9'12" latitude sul e 52°1'16" longitude oeste (IBGE, 2025). (Figura 1)

Figura 1 - Localização do município de Brasilândia/MS





As vias de acesso ao município se resumem pelas rodovias BR-158; MS-040 e MS-395. Brasilândia está a 352 Km da capital Campo Grande. Segundo o último censo de 2022, o município possui 11.579 habitantes (IBGE, 2022).

Nas proximidades do perímetro urbano (15 km aproximadamente), em particular pela rodovia BR-158 se encontram os assentamentos Santana/Santa Emília e Pedra Bonita objeto de estudo deste trabalho (IBGE, 2025).

Os reassentamentos foram criados pela CESP (Companhia Energética de São Paulo) em consequência da formação do Lago da UHE Sérgio Motta. No total foram deslocadas para os reassentamentos 206 famílias das margens do Rio Paraná, sendo 122 no reassentamento Santana/Santa Emília e 84 no reassentamento Pedra Bonita. O Processo de reassentamento ocorreu entre os anos de 1998 e 2000 (Souza, 2011).

Há nos reassentamentos uma associação chamada Pedra Bonita, criada em novembro de 2005, hoje a associação conta com 62 associados. Com uma importância relevante esta associação facilita em grande medida para que os associados participam das políticas públicas nas esferas federal e estadual como PAA e PNAE e municipal com o programa Protege Brasilândia (PORTAL, 2025).

Criado em 2007 o programa Protege Brasilândia (Lei municipal nº 2206/07), tem entre suas ações: atendimento emergencial a família e pessoas em situação de risco e miséria, vítimas de catástrofe ou doenças graves; auxílio nutricional; ajuda financeira para complementação de renda familiar, entre outras (PORTAL, 2025).

Vinculado ao Protege Brasilândia existe o programa Hortifrúti, que fornece cestas de alimentos *in natura* como frutas, legumes e verduras para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Neste programa, que funciona com recursos próprios da prefeitura municipal, são atendidas, mensalmente, 220 famílias. A entrega das cestas ocorre todas as terças-feiras no CRAS do município. As cestas são montadas com produtos comprados pela prefeitura de agricultores familiares dos reassentamentos Santana/Santa Emília e Pedra Bonita, que fazem parte da associação (PORTAL, 2025).

Em 2025, 17 produtores dos reassentamentos estão cadastrados no Protege Brasilândia fornecendo produtos como: mandioca, abobora, limão, banana, mamão, beringela, alface, repolho, couve, rúcula, coentro, almeirão, chuchu, beterraba, batata, batata doce, cebolinha, salsa, vagem, tomate, pepino, entre outros.



Ainda sobre a produção da agricultura familiar no município, em 2024, 21 produtores foram fornecedores do PAA com total de R\$ 221,008,01 de recursos financeiros pagos (VIS DATA, 2025).

Em 2025, de acordo com dados apresentados pela Conab o município de Brasilândia receberá, um total de R\$ 234.891,04 de recursos financeiros para os fornecimentos de alimentos no programa PAA (BRASIL, 2025).

METODOLOGIA

Este estudo investiga as articulações entre políticas públicas, instituições e associações dentro do contexto da agricultura familiar. Utilizou-se o método de estudo de caso, que permite a análise aprofundada do fenômeno em seu contexto real (Yin, 2015).

Adotou-se abordagem quali-quantitativa, na intenção de ampliar a compreensão dos dados.

O trabalho se apoia em revisão de literatura, com busca de informações sobre políticas públicas e agricultura familiar no município de Brasilândia/MS. Para dados da agricultura familiar na América Latina e Caribe, no Brasil e no Mato Grosso do Sul, foram pesquisados artigos em plataformas como: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes e Scielo.

Para dados do PAA e PNAE foram consultados dados do IBGE, SEAF, SISAN E CONAB. Em relação aos dados do Programa Protege Brasilândia/MS, foram consultadas informações disponíveis no site a prefeitura municipal do município.

O conteúdo dos documentos foi analisado buscando-se compreender as articulações entre as políticas públicas na esfera federal, estadual e municipal, associações e agricultura familiar no contexto de desenvolvimento socioeconômico local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa de caráter quali-quantitativa de estudo de caso explorou dados da agricultura familiar dentro de um contexto global, nacional e local e suas relações com políticas públicas em todas as esferas.

Dentro de um contexto local, embora o município de Brasilândia/MS esteja localizado em um dos estados brasileiros de maior concentração de terras, tem em seus resultados da agricultura familiar números significativos. Isso se deve aos esforços dos próprios agricultores, sua organização em associação e parcerias bem-sucedidas com a Agraer do município que orienta e dá suporte aos agricultores familiares e do poder público, no caso da prefeitura, que



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

possui um programa que fortalece a produção e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, trata-se do Programa Protege Brasilândia, criado em 2007.

Vinculado a esse programa existe o Hortifruti, programa que compra produtos dos agricultores familiares associados a associação Pedra Bonita que atende, mensalmente, 220 famílias de baixa renda do município. Tais famílias são cadastradas seguindo critérios estabelecidos junto a Secretaria de Assistência Social da cidade.

Em 2025, 17 produtores dos reassentamentos estão cadastrados no programa, fornecendo produtos como: mandioca, abobora, limão, banana, beringela, alface, repolho, couve, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou perceber a importância das articulações entre políticas públicas, formação de associações e poder público. A pesquisa identificou que quando há uma sinergia de todas as partes as ações tendem a ter sucesso.

No caso da agricultura familiar, levando em considerações os dados apresentados, podemos descrever que os produtores rurais familiares organizados em associações têm suas produções comprados pela prefeitura junto ao programa municipal Protege Brasilândia, fortalecendo seu desenvolvimento socioeconômico, além de atender famílias de baixa renda do município. Assim, fechando um ciclo, tendo uma agricultura familiar fortalecida e famílias de baixa renda sendo atendida com produtos de autovalor nutricional.

Com relação aos programas PAA e PNAE, os dados nos revelam que há uma boa participação da agricultura familiar.

Portanto, fica evidente que as atividades agrícolas da agricultura familiar sobreviverão no Brasil do agronegócio, do monocultivo, se houver uma articulação entre políticas públicas em todas as esferas, apoio de instituições públicas como Agraer no caso do Mato Grosso do Sul e a formação de associações por parte dos agricultores.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA: Towards a More Competitive Inclusive and Resilient Agrifood Sector.

Dez. 2023. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099042825141510674>. Acesso em: 09 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>. Acesso em: 10 maio. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 08 de maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados Físicos e Financeiros do PNAE.** Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar> Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Companhia Nacional de Abastecimento.** Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/paa/execucao-do-paa/publicacao-ranking-paa>. Acesso em: 01 jul. 2025.

EMBRAPA. **Agricultura Familiar, Políticas Públicas.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FAO y PNUD. 2025. **Caracterización de la agricultura familiar en América Latina y el Caribe: Desafíos, evidencia y perspectivas.** Santiago, Chile. FAO. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/4062bd24-4d61-4c9c-8d4d-f066a4077cf1>. Acesso em: 10 de maio. 2025.

FEÍTO, M. C. **Modalidades de intervención social para agricultores familiares perirurbanos de La Matanza, provincia de Buenos Aires, Argentina.** Estudios Rurales, v. 5, n. 10, p. 1-20, 2016. disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7a6a/1e618efbce8772267013c82a3d1fc071e1a6.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2025.

GRAZIANO, Silva, José; Del Grassi, Mauro Eduardo; França, Caio Galvão. **Fome zero A experiência brasileira.** [S. l.: s. n.]. ISBN 978-85-60548-79-8. Disponível em: <https://www.fao.org/fsnforum/resources/reports-and-briefs/fome-zero-zero-hunger-program-brazilian-experience>. Acesso em: 10 maio 2025.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-20032012000200009>. Acesso em: 09 maio. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019) **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Disponível em https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em 04 maio. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 17 maio. 2025.



ISAMI, Constanza Saa. Chile: estudio sobre la situación de la agricultura familiar, sus políticas públicas y marcos institucionales. In: ADIB, A.; ALMDA, F. **Políticas públicas y marcos institucionales para la agricultura familiar en América Latina**. Chile, IICA, 2017, p. 96-153. Disponível em: <https://iica.int/pt/>. Acesso em: 02 maio. 2025.

LAMARCHE, H. (coord.). Introdução geral. In: **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 13-22.

MARIANO, A. J. F.; TEIXEIRA, J. C. **O avanço do atraso: A territorialização do agronegócio em Mato Grosso do Sul**. Ciência Geográfica – Bauru – XXVI - (2): Jan/dez, 2022. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2928>. Acesso em: 14 de maio. 2025.

MARTINS, Martinez Santos. **Associativismo e Participação Política: Uma Análise das Associações Comunitárias Rurais de Feira de Santana, Bahia**. Sitientibus, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/932>. Acesso em: 08 maio. 2025.

MOTTA, Márcia. Dicionário da terra. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NARANJO, Soledad. Ecuador. Estudio sobre la situación actual de la Agricultura Familiar, sus políticas públicas y marcos institucionales. In: ADIB, A.; ALMDA, F. **Políticas públicas y marcos institucionales para la agricultura familiar en América Latina**. Chile, IICA, 2017, p. 228-271. Disponível em: <https://iica.int/pt/>. Acesso em: 02 maio. 2025.

OLIVEIRA, Elias Rodrigues; RIBEIRO, Eduardo Magalhães, 2002. **Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaca artesanal em Salinas - Minas Gerais**. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira , in: João Antônio de Paula & et all (ed.) Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira do X Seminário de Economia de Minas Gerais, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://ideas.repec.org/h/cdp/diam02/200223.html>. Acesso em: 13 de maio. 2025.

ORDONÉZ, Mario Alexandre Moreno; RODRÍGUEZ, Lucia Catalina Romero. Colombia: estado del arte y retos de las políticas públicas para la agricultura familiar. In: ADIB, A.; ALMDA, F. **Políticas públicas y marcos institucionales para la agricultura familiar en América Latina**. Chile, IICA, 2017, p. 154-227. Disponível em: <https://iica.int/pt/>. Acesso em: 02 maio. 2025.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: América Latina e Caribe se unem à Década da Agricultura Familiar | FAO no Brasil | Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1205814/>. Acesso em: 05 maio 2025.

PEREZ, Francisco Jose. Nicaragua: situación actual de la agricultura familiar, políticas públicas y marcos institucionales. In: ADIB, A.; ALMDA, F. **Políticas públicas y marcos institucionales para la agricultura familiar en América Latina**. Chile, IICA, 2017, p. 336-395. Disponível em: <https://iica.int/pt/>. Acesso em: 02 maio. 2025.



PERIN, Gabriela *et al.* TD 2691 - A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma Análise da Sua Trajetória de Implementação, Benefícios e Desafios. **Texto para Discussão**, p. 1-111, 10 set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/td2691>. Acesso em: 16 maio. 2025.

PORTAL de Dados Abertos. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/sistema-de-informacoes-de-projetos-de-reforma-agraria---sipra>. Acesso em: 24 maio 2025.

PORTAL. Disponível em: <https://www.brasilandia.ms.gov.br/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SAMPAIO, Emília dos Santos. **Fortalecimento da agricultura familiar a partir do associativismo: um estudo de caso da Associação da Baixinha e do Ponto Certo em Cruz das Almas-BA**. 2019. Disponível em: https://ri.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/2141/1/Fortalecimento_Agricultura_Familiar_TCC_2019.pdf. Acesso em: 10 maio. 2025.

SILVA, Sandro Pereira. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 3, p. 351-376, 30 set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v67i3.673>. Acesso em: 16 maio. 2025.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **A UHE Sérgio Motta e as alterações econômicas, culturais e territoriais nas comunidades ribeirinhas reassentadas no município de Brasilândia/MS**. Orientador: Antônio Nivaldo Hespagnol. 2011. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. **Una nueva ruralidade en América Latina? Buenos Aires: Consejo Lationamericano de Ciencias Sociales**. Buenos Aires, Argentina, 2001. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929011629/3wanderley.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2025.

WORLD BANK. 2023. Towards a More Competitive Inclusive and Resilient Agrifood Sector. **Argentina Agricultural Sector Review. Working paper on “The performance of argentina’s agri-food sector”** Washington, D.C. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099042825141510674>. Acesso em: 09 maio 2025.

VALENCIA-PERAFÁN, Mireya *et al.* Políticas públicas para el desarrollo territorial rural en América Latina: balance y perspectivas. **Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 17, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/eutopia.17.2020.4388>. Acesso em: 10 maio 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistemas de proteção social, intersectorialidade e integração de políticas sociais. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. São Paulo: **Papel Social**, p. 77-103, 2014.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZARZA, Luis. Paraguay. Situación actual de la Agricultura Familiar. Políticas Públicas y Marcos Institucionales. In: ADIB, A.; ALMDA, F. **Políticas públicas y marcos institucionales para la agricultura familiar en América Latina**. Chile, IICA, 2017, p. 396-439. Disponível em: <https://iica.int/pt/>. Acesso em: 02 maio. 2025.

ZEGARRA, Eduardo. **Políticas para la agricultura familiar en el Perú**. **Raíces**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 38, n. 1, p. 98-115, 10 out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.41>. Acesso em: 05 maio 2025.

VIS DATA 3 beta. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/sisan>. Acesso em: 17 jul. 2025.